

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*

BERNARD DA COSTA CAMPOS — *Diretor*

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Executivo*

MAURO GUIMARÃES — *Diretor*

FERNANDO PEDREIRA — *Redator Chefe*

MARCOS SÁ CORRÉA — *Editor*

FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Assistente*

Salada Econômica

VOLTA a Sunab ao ataque anunciando a divulgação de um dossier sobre as grandes empresas que cobram ágio, o que imediatamente sobe às manchetes, enquanto em segundo plano e esquecido ficam os processos da própria Sunab contra seus fiscais corruptos. Por aí começa um pequeno retrato dos descaminhos que a economia deste país vai tomando, com o Estado impune pronto para atacar as empresas privadas, esquecido de que a inflação tem causas maiores, as quais se encontram dentro de suas próprias fileiras.

Quem vai, por exemplo, fiscalizar a ciranda financeira que volta a todo galope pela mão de entidades públicas? A ciranda está sendo praticada pelas Fundações da Previdência Complementar, ou os Fundos de Pensões das empresas públicas, com a maior tranquilidade e dentro da lei. As Fundações aplicam parte de suas reservas em títulos públicos enquanto não se encontra outro destino mais produtivo para a caixa que o Governo administra. Assim como as Fundações, muitas empresas da administração indireta podem estar girando com recursos no *overnight*. A ciranda voltou com o Estado-empresário como sócio. Quem está vigiando e punindo? Por que os recursos que vão cobrir o déficit público não se destinam ao mercado de ações para financiar investimentos produtivos?

A festa de Brasília que reuniu os governadores do PMDB deixou um roteiro econômico para o Governo que não ataca um ponto essencial: como controlar a inflação. Mas aborda outro, as altas taxas de juros, sem qualquer receita sobre como contê-las. Nunca, na história econômica recente deste país,

houve tanta hipocrisia e tantas máscaras para encobrir as verdadeiras relações de causa e efeito.

Ataca-se o Banco Central pelas altas taxas de juros com os economistas do PMDB esquecidos até mesmo dos rudimentos econômicos segundo os quais taxas elevadíssimas impedem estocagem especulativa. Apesar dos efeitos funestos para os investimentos produtivos, essas taxas poderiam contribuir para desacelerar a inflação que a Sunab quer conter no grito, depois de se confessar despreparada e, além do mais, minada pela corrupção. Vivemos uma salada econômica sem paralelo na história deste país.

A trégua de 90 dias pedida pelo Governo ocorre em meio a uma retórica onde o monopólio do patriotismo fica com o setor público, porque ninguém é capaz de punir sua ineficiência ou a maneira cômoda como seus preços se reajustam. O CIP, que anuncia uma reunião para realinhamento de preços em Brasília no dia 22, inclui na lista de prioridades a siderurgia, a química e a têxtil. Com exceção da indústria têxtil, os dois outros setores são altamente influenciados por matérias-primas derivadas de empresas públicas, como o aço ou os petroquímicos e algumas matérias-primas básicas.

É preciso parar, já, com essa política de dois pesos e duas medidas, que deixa o Estado impune por suas ineficiências e deficiências e apanha a economia privada na contramão de um plano naufragado pela incompetência dos que o administraram. E, pior que isto, são incapazes de se apresentar com um mínimo de coerência e consenso perante o Governo e a sociedade.